

## **Ata da 6º (Sexta) Reunião da Comissão do Precatório 2001/2006** **- Dia 26 de fevereiro de 2026.**

No dia **26 de janeiro de 2026** (terça-feira), reuniu-se a **Comissão Especial dos Precatórios “FUNDEF 2001/2006”** com o objetivo de direcionar a tomada de decisão, após o retorno da resposta do ofício, encaminhada ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), quanto ao requerimento de fotocópia das prestações de contas dos prefeitos, nos períodos de 2001 a 2006 (dentre elas, as folhas de pagamento dos professores do magistério FUNDEF/2001-2006), porém, demonstrou-se a devolução dos Processos de Prestação de Contas 2001 e 2003 (entregues ao Sr. Jerson Rodrigues Mourão), dos Processos de Prestação de Contas 2002 e 2004 (entregues ao Sr. Raimundo Acélio de Aguiar), do Processo de Prestação de Contas 2005 (entregue ao Sr. Ivanildo Viana Rocha “falecido”) e do Processo de Prestação de Contas 2006 (entregue a Sra. Hávila Vieira Alencar Rodrigues). Então iniciada, a Dra. **Suzy Amorim**, requisitou a palavra, relatando a resposta do TCM/PA, e a divulgação no grupo de WhatsApp – intitulado “Comissão Precatório”. Em continuidade, ponderou reunião em Belém-PA (capital), com o Contador da Prefeitura / PMJ (Sr. **Claudine**), juntamente com o Dr. Rafael Sarmento, e que teve a participação da Contadora (Sra. **Carla**), que ponderou a possibilidade de pesquisa, por meio da solicitação de Relatório Vínculos Empregatícios – RAIS, que é uma fonte de direito do trabalhador para comprovação de tempo de serviço e que poderá garantir o acesso aos dados e as informações do período de governo municipal, referentes aos anos de 2001 a 2006. Sendo que, após a procura de informações, conseguiram de imediato os registros de toda a Administração Municipal - dos anos de 2002 a 2006, com exceção do ano de 2001, porém, já foi requisitado, e estamos aguardando respostas do sistema on-line. As RAIS, advindas dos anos de 2002 a 2006, possuem cerca de 400 páginas, e possuem a listagem de todos os servidores municipais, dos referidos períodos de governo, portanto, demanda um pouco de tempo, parte do Setor de Recursos Humanos da PMJ, para análise da documentação recebida, para organização da folha de pagamento e a separação da folha de pagamento dos profissionais da educação do magistério (FUNDEB), porém, a documentação encontrada servira como base para o Município de Jacareacanga-PA, e indícios de provas para os profissionais do magistério que atuaram na educação municipal. Na reunião, ainda se estabeleceu que a “**Comissão Especial dos Precatórios do FUNDEB 2001/2006**”, se constituirá em grupos para avaliar os credenciados e efetuar o julgamento dos beneficiários, após toda a coleta de dados e da organização dos documentos extraídos pelo Setor de Recursos Humanos da PMJ; dos documentos entregues no processo de habilitação e credenciamento dos educadores do magistério (beneficiários), a partir do **Edital de Chamamento Público Abono Precatório FUNDEF/SEMECD Nº 001/2025, de 04 de dezembro de 2025** – e as **Retificações**; e, agora, a partir da do RAIS, com a relação da folha de pagamento dos profissionais da educação do magistério (FUNDEB), tornando encarregada da análise avaliativa e do julgamento dos interessados. Sendo concedida a palavra aos demais membros da “**Comissão Especial dos Precatórios do FUNDEB 2001/2006**”, para opinar a respeito das propostas ditas, nas quais todos tiveram o direito de falar a respeito, e dizer um pouco suas opiniões sobre o andamento do procedimento realizado. Com isto, a Dra. **Suzy Amorim**,

ponderou a preocupação com comentários, surgidos recentemente entre alguns grupos de pessoas (beneficiários), de que teriam educadores da época (c/ cargos ou funções superiores), falando que poderiam ser testemunhas dos colegas, desde que, pagassem uma determinada quantia em direito (espécie), ou uma porcentagem do valor recebido, o que é inadmissível, para boa regularidade do processo. Neste momento, a Prof<sup>ª</sup>. **Gilmara Conceição Santos**, representante do SINTEPP, requisitou a palavra expressando também o receio com os comentários existentes, e a preocupação com o procedimento administrativo de coleta de dados e informações dos professores do magistério, da época, motivado por estes comentários originados em grupos de professores, que estariam insistentes nas cobranças de valores para serem testemunhas dos beneficiários. Neste instante, requisitou a palavra o Prof. **Francidelson de Castro Barreto**, representante do SINTEPP, também relatou sua opinião sobre a RAS, se expressando que embora possa ajudar, mas, apenas seriam indícios de provas. Já que, não demonstraria a carga horária definida (real) do professor do magistério, da época, apenas, prováveis estimativas da carga horário, prescindindo de mais materiais coletáveis (provas), para uma melhor definição, ou ao menos, adequada as prováveis quantias que poderiam ser recebidas pelos beneficiários, seguindo a documentação. Concedida novamente a palavra, a Prof<sup>ª</sup>. **Gilmara Conceição Santos**, representante do SINTEPP, solicitou a palavra, e ponderou que a divulgação dos dados dos professores do magistério, da época, fosse de maneira individual, sem a divulgação dos rendimentos no edital, com a disponibilidade de link (próprio). Com o término da concessão das palavras, foi tomada as seguintes deliberações, **01** – encaminhamento de ofícios ao Conselho do Fundeb e a Associação dos Professores Indígenas, para indicarem os novos membros que possam representá-los na Comissão Especial dos Precatórios do FUNDEF/FUNDEB (2001/2006); **02** – A Comissão Especial, para acompanhamento, fiscalização, execução e julgamento de recursos ou impugnações referente a aplicação dos recursos oriundos dos precatórios do FUNDEF/FUNDEB, deverá ser dividida em 4 (quatro) equipes, com a participação de um representante da comunidade indígena na maior parte das equipes (seja da FUNAI ou da Associação Pusuru ou da Associação dos Professores Indígenas), garantindo a participação e o direito indígena no processo de levantamento dos dados coletados para identificação dos beneficiários; **03** – O Município de Jacareacanga-PA, a partir da entrega das RAS (material que contém dados de identificação contratual os professores do magistérios, como por ex., o tempo de serviço, carga horária, visando a elaboração da folha de pagamento suplementar e/ou ordens de pagamento), disponibilizara-lo ao RH/Prefeitura, para complementação dos dados até então coletados dos propensos beneficiários, em suas respectivas pastas correspondentes, dos anos de 2001 a 2006, com a previsão de reunião, para avaliação da documentação, e o julgamento dos candidatos inscritos, nos dias 09 / 10 / 11 de março de 2026; **04** – A **Comissão Especial dos Precatórios do FUNDEF/FUNDEB** (2001/2006), encaminhará ofícios aos órgãos/entes municipais e as instituições participantes da presente Comissão Especial, para que respectivos membros litados e participantes, sejam liberados das suas atribuições funcionais, para participar das reuniões marcadas para os dias 09 (segunda-feira) / 10 (terça-feira) / 11 (quarta-feira) de março de 2026, com intuito de analisar individualmente a documentação entregue pelos professores do magistério, e os demais documentos juntados e encontrados no decorrer do processo de pesquisa pelo Governo Municipal; **05** – Seja, também, oficiado o SINTEP para que possa disponibilizar o prédio da

instituição, para a realização da reunião das 04 (quatro) equipes da Comissão Especial, nos dias 09 (segunda-feira) / 10 (terça-feira) / 11 (quarta-feira) de março de 2026, das 08h00 às 12h00, e das 14h00 às 18h00. Após, a verificação dos documentos pelas Equipes da **Comissão Especial dos Precatórios do FUNDEF/FUNDEB**, os dados serão apresentados para o Setor de Contabilidade para Cálculo. Com a Dra. **Suzy Amorim**, que, ponderou sobre concordância ou não, as 05 (cinco) deliberações acima, e, por unanimidade dos participantes da reunião, presencialmente e on-line, todos concordaram com os requerimentos. E as 18h,57min, a Dra, **Suzy Amorim**, encerrou a reunião da “**Comissão Especial dos Precatórios 2001/2006**”. Por fim, eu Dr. Beckenbauer Semblano de Queiroz (Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Jacareacanga-PA) ressalto que **todo o processo de elaboração** foi conduzido de forma **coletiva e participativa**, assegurando a autonomia da comissão e a transparência necessária ao trâmite, sendo aprovado por unanimidade por todos os presentes.

Segue pensada a lista de presença da reunião.

01 Ruziane Maguena Reme  
02 Kelly N. M. Sousa  
03 Elton M. de Silva  
04 João Alcy Kabig  
05 Zenildo São Mendes  
06 Gilmara C. S. Dias  
07 Francidelson de Castro Soares

08 Chelvez  
09 \_\_\_\_\_  
11 \_\_\_\_\_  
12 \_\_\_\_\_  
13 \_\_\_\_\_  
14 \_\_\_\_\_  
15 \_\_\_\_\_

**LISTA DE FREQUÊNCIA**  
**6º REUNIÃO DA COMISSÃO DO PRECATÓRIO.**

Nº	NOME	GARGO NA COMISSÃO	ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
01	BECKERBAUER SEMBLANO DE QUEIROS		Jurídico (PMJ)		
02	EDIVALDO POXO MUNDURUKU		Associação dos Professores Indígenas		
03	EDIVAN DE SOUZA BALDEZ		Diretor de Recursos Humano (PMJ)	9399194-1071	<i>Edivan de Souza Baldez</i>
04	ELTON MENDES DA SILVA		Funai	93 9985622 70	<i>Elton M. da Silva</i>
05	FRANCIDELSON DE CASTRO BARRETO		Sindicato do Sintep		<i>Francidelson Barreto</i>
06	GILMARA CONCEIÇÃO SANTOS		Sindicato do Sintep		<i>Gilmara Santos</i>
07	JOÃO AKAY KABA		Associação Indígena Pussuru	(93) 98403-7145	
08	KELLY NAYARA MARTINS DE SOUSA		Conselho Municipal de Educação	93984032814	<i>Kelly N. M. Sousa</i>
09	LUZIANE NOGUEIRA PEREIRA		Sec.de Educação C. Esporte	93) 984 254905	<i>Luiziane</i>
10	MARIA VIRGILINA MORAES		DRH		
11	SUZY STEPHAN AMORIN SOUZA		Jurídico (PMJ)		<i>Suzy Stephan Amorin Souza</i>
12	ZENILDO SAW MUNDURUKU		Câmara Municipal	93983074496	<i>Zenildo Saw Munduruku</i>
13					
14					
15					